



ONU Mulheres Brasil / Felipe Abreu

*ESTUDO DE CASO*

**PROGRAMA CONJUNTO  
LEAP - LIDERANÇA, EMPODERAMENTO,  
ACESSO E PROTEÇÃO PARA MULHERES  
MIGRANTES, SOLICITANTES DE REFÚGIO  
E REFUGIADAS NO BRASIL**

**LUXEMBOURG  
AID & DEVELOPMENT**



**UNHCR  
ACNUR**  
Agência da ONU para Refugiados

**ONU  
MULHERES**



Fundo de População  
das Nações Unidas

ESTUDO DE CASO  
**PROGRAMA CONJUNTO**  
**LEAP - LIDERANÇA,**  
**EMPODERAMENTO,**  
**ACESSO E PROTEÇÃO**  
**PARA MULHERES**  
**MIGRANTES, SOLICITANTES**  
**DE REFÚGIO E**  
**REFUGIADAS NO BRASIL**



*Brasil, junho de 2021*

# SUMÁRIO

<i>SUMÁRIO EXECUTIVO</i>	<i>5</i>
<i>I. CONTEXTO</i>	<i>7</i>
<i>II. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO</i>	<i>11</i>
<i>III. RESULTADOS-CHAVE</i>	<i>15</i>
<i>IV. LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES</i>	<i>19</i>

# SUMÁRIO EXECUTIVO

A partir de 2018, a crise humanitária venezuelana passou a ter impactos mais significativos no Brasil, com o aumento do fluxo migratório. Das mais de 5,4 milhões de pessoas que haviam migrado da Venezuela para outros países até janeiro de 2021, mais de 261 mil estavam no Brasil, segundo a Plataforma R4V. O estado de Roraima, na região Norte, é a principal porta de entrada deste contingente, e é lá que ONU Mulheres tem atuado no atendimento de meninas e mulheres venezuelanas migrantes e refugiadas, a partir do programa Liderança, empoderamento, acesso e proteção para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no Brasil (LEAP).

O programa LEAP é conduzido por ONU Mulheres em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com financiamento do Governo de Luxemburgo. Assinado em 2018 e em implementação desde 2019, o programa tem como objetivo apoiar o governo brasileiro na resposta adequada às necessidades de mulheres migrantes e refugiadas no Brasil – agravadas a partir de 2020, com a pandemia de COVID-19.

O programa se estabelece em três frentes: Proteção e Violência Baseada no Gênero; Empoderamento Econômico; e Liderança e Participação. Junto com o Sistema das Nações Unidas no Brasil e organizações da sociedade civil envolvidas na resposta humanitária, o LEAP busca o fortalecimento e coordenação de atores humanitários e poder público, o desenvolvimento de capacidades de organizações locais e a criação de espaços seguros, positivos e de resiliência para mulheres

migrantes e refugiadas conseguirem a boa convivência com as comunidades locais. Dentro do cenário da pandemia de COVID-19, também tem oferecido apoio a mulheres líderes comunitárias, migrantes e brasileiras.

Junto a instituições de ensino, ao Governo Federal por meio da Operação Acolhida, e com o engajamento do setor privado, o programa LEAP também promove ações a integração socioeconômica de migrantes e refugiadas venezuelanas. As atividades incluem qualificação profissional, auxílio financeiro, mentoria, apoio a grupos de mulheres empreendedoras e busca ativa por vaga formais de trabalho.

O programa LEAP trabalha, em última instância, pela transversalização da perspectiva de gênero na Ação Humanitária. ACNUR, ONU Mulheres e UNFPA integram a Plataforma Regional de Coordenação Interagencial da resposta ao fluxo migratório venezuelano em países da América Latina e Caribe.



# 1

## CONTEXTO

Desde o início da crise humanitária venezuelana, milhares de pessoas refugiadas e migrantes cruzam a fronteira com o estado de Roraima, na região Norte do Brasil. Nesse cenário, meninas e mulheres acabam vivendo em situação de maior vulnerabilidade.

---

Roraima, estado da região Norte do Brasil que faz fronteira com a Venezuela, foi o primeiro estado a sofrer os impactos da crise humanitária venezuelana. Com o agravamento da situação, em março de 2018, a resposta humanitária foi federalizada. Em 2020, a crise econômica e a pandemia da COVID-19 dificultaram ainda mais a integração socioeconômica de refugiadas e migrantes à comunidade local.

---

Em crises humanitárias, as populações mais afetadas são mulheres e meninas. Em Roraima, estado da região Norte do Brasil que faz fronteira com a Venezuela, a maior vulnerabilidade de mulheres migrantes e refugiadas se dá por situações de pobreza, separação familiar parcial ou total, mudança nos papéis tradicionais de gênero, barreiras no acesso à proteção, a serviços e exposição a maiores riscos de violência. Pesquisa do ACNUR e do UNFPA com venezuelanas e brasileiras em Roraima mostra que ao menos 30,3% das mulheres nas cidades de Boa Vista e Pacaraima já sofreram violência psicológica ao menos uma vez na vida, 20% sofreram violência física e 7,4% sofreram violência sexual<sup>1</sup>. Em 2020, a crise econômica e a pandemia da COVID-19 dificultaram ainda mais a integração socioeconômica de refugiadas e migrantes à comunidade local.

No Brasil, a resposta humanitária foi federalizada em março de 2018 por meio da implementação da Operação Acolhida<sup>2</sup>, liderada pela Casa Civil em uma força-tarefa interministerial com 11 ministérios e coordenação operacional das Forças Armadas nos estados fronteiriços. É uma grande força-tarefa logística humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio de agências da ONU e mais de 100 entidades da sociedade civil e do poder público local. Desde o início da crise migratória até abril de 2021, mais de 260 mil refugiadas, refugiados e migrantes venezuelanos entraram formalmente no Brasil. Atualmente, pouco mais de 145 mil possuem visto de residência, mais de 96 mil são solicitantes de refúgio e pouco mais de 46 mil já foram reconhecidas ou reconhecidos como refugiados.

O primeiro eixo de atuação da Operação Acolhida é o ordenamento de fronteira, que envolve documentação, vacinação e controle de fronteira. O segundo é o acolhimento, que conta com abrigamento, alimentação, itens não-alimentícios e acesso à saúde. E, por fim, a chamada interiorização, que é o deslocamento voluntário de migrantes, refugiadas e refugiados venezuelanos

de Roraima para outras unidades da federação, tendo como objetivo a integração socioeconômica. Até abril de 2021, mais de 50 mil venezuelanas e venezuelanos foram interiorizados para outros estados brasileiros<sup>3</sup>. Desse total, 14% são homens e 12% são mulheres na modalidade institucional, para abrigos em outros municípios; 9% são homens e 9% são mulheres na reunificação familiar; 21% são homens e 19% são mulheres na reunião social; e 6% são homens e 2% são mulheres com vaga sinalizada de emprego<sup>4,5</sup>.

A nível regional, o mecanismo de coordenação é a Plataforma Regional de Resposta a Migrantes e Refugiados da Venezuela (R4V), da qual as três agências do programa LEAP (ACNUR, ONU Mulheres e UNFPA) são participantes. No Brasil, o Capítulo Nacional da R4V tem por objetivo complementar e reforçar a resposta governamental à emergência venezuelana no país por meio de ações conjuntas, eficientes e eficazes. Atualmente, 51 organizações são membras da R4V, entre agências da ONU e Organizações da Sociedade Civil, e sua atuação se dá por meio de diversos setores: educação; segurança alimentar; saúde; integração e transporte humanitário; nutrição; proteção (incluindo proteção à criança, violência baseada no gênero e tráfico de pessoas); abrigo; e água, saneamento e higiene (WASH, na sigla em inglês).

---

1 [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/violencia\\_de\\_genero\\_nacionalidade\\_e\\_raca-etnia\\_em\\_duas\\_cidades\\_de\\_roraima.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/violencia_de_genero_nacionalidade_e_raca-etnia_em_duas_cidades_de_roraima.pdf)

2 <https://www.gov.br/acolhida/historico/>

3 <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMDC5ZTk2YjktM-2l5YiooYWM1LWEyNzMtMzkzMjFOTikMzZkliwidC16ImU1Yz-M3OTgxLTY2NjQtNDEzNCo4YTBJLTY1NDNkMmFmODBiZS1l-mMiOjh9&pageName=ReportSection50c1cda4ca53f9fc2c34>

4 Para 4% das mulheres e 4% dos homens, não há informações sobre a modalidade de interiorização.

5 Subcomitê Federal para Interiorização. Informe de Interiorização. Fevereiro de 2021.



# 2

## ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

**Mulheres refugiadas, migrantes e da comunidade de acolhida com acesso a mecanismos de proteção e apoio, mais oportunidades de empoderamento econômico, capacidades e oportunidades para o engajamento na resposta humanitária.**

---

O LEAP busca garantir a perspectiva de gênero na resposta humanitária. Para isso, trabalha desde o desenho da resposta, para que as necessidades específicas das mulheres sejam consideradas. O resultado são mulheres com acesso a mecanismos de proteção e apoio, mais oportunidades de empoderamento econômico e a inclusão ativa de mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas nos processos de avaliação, planejamento e implementação da resposta humanitária.

---

No Brasil, o programa LEAP tem por objetivo geral apoiar o governo brasileiro a responder adequadamente às necessidades de mulheres e meninas migrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e da comunidade de acolhida para que a resposta nacional ao fluxo misto venezuelano seja mais inclusiva e responsiva ao gênero. Como resultado, mulheres refugiadas, migrantes e da comunidade de acolhida tiveram acesso a mecanismos de proteção e apoio, mais oportunidades de empoderamento econômico e ampliaram as suas capacidades e oportunidades para o engajamento com atores, no sentido de moldarem a resposta humanitária através de avaliações, planejamento e implementação.

Para que mulheres tenham fortalecidos seus mecanismos de proteção e apoio, o programa LEAP ofereceu Hubs de Empoderamento de Mulheres e Espaços Seguros<sup>6</sup>, ambientes positivos e de resiliência, o que se mostrou uma boa prática do programa. São espaços de compartilhamento de histórias de vida a partir de um mapeamento participativo e do apoio e suporte de pares, onde são realizadas escutas sensíveis e gestão de casos de proteção e de violência baseada no gênero (VBG) com enfoque na sobrevivente, bem como primeiros cuidados psicológicos e apoio psicossocial, de acordo com os princípios do Comitê Permanente Interagenciais (IASC, em inglês). Mulheres e meninas recebem informações que salvam vidas nas áreas de proteção, mitigação e resposta à VBG por meio de materiais de comunicação, sessões informativas, rodas de conversa e oficinas. Acessam, ainda, cuidados e atendimentos individuais e referenciamento à rede de proteção intersetorial de saúde, assistência social, justiça, segurança e assistência psicossocial.

Para que mulheres tenham asseguradas a sua rede de proteção, o programa LEAP também fortalece capacidades de atores humanitários, do poder público e

da rede de atendimento à mulher em Roraima, principalmente da Coordenação Estadual de Políticas para as Mulheres, Casa da Mulher Brasileira e dos serviços nela ofertados, além das equipes de segurança, justiça e assistência social. Tanto a nível nacional quanto local, os parceiros do programa lideram mecanismos de coordenação na temática de VBG por meio de setores da R4V e grupos de trabalhos, fortalecendo capacidade de outros atores humanitários e do poder público para atuação articulada.

Para que mulheres venezuelanas e da comunidade acolhida tenham acesso a oportunidades de empoderamento econômico, o programa LEAP oferece treinamentos, cursos de capacitação técnica, oportunidades e direitos. Na maioria dos casos de interiorização por vaga sinalizada de emprego, as empresas preferem homens solteiros ou homens que possam se deslocar inicialmente sem suas famílias. Por meio de contato e sensibilização com empresas, mulheres puderam ser realocadas a outros estados e com emprego formal juntamente com suas famílias. O programa também garantiu um foco em idade, gênero e diversidade, contando com grupos de mulheres com deficiência, mulheres com mais de 50 anos e mulheres Lésbicas, Bissexuais e Trans (LBT). Foi ainda ofertada assistência técnica, treinamentos e mentorias para parceiras e parceiros humanitários e do poder público, para que promovam o empoderamento econômico de mulheres.

Visando mais garantia a meios de vida, migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas acessam diferentes modalidades de auxílio financeiro que visam assegurar oportunidades para sua reintegração socioeconômica, o que foi uma outra boa prática do

---

6 <https://www.unfpa.org/resources/women-girls-safe-spaces-guidance-note-based-lessons-learned-syrian-crisis>

programa, inclusive utilizada por diferentes parceiros. É um apoio que vem acompanhado de cursos técnicos em áreas com oportunidade de empregabilidade no Brasil, cursos de desenvolvimento profissional para mulheres ainda sem vaga de emprego sinalizada ou mentoria para que empreendedoras consigam abrir o seu próprio negócio de maneira formal. Em contextos de deslocamento forçado, é grande o número de famílias monoparentais. Com a pandemia COVID-19, mulheres chefes de família perderam seus empregos ou foram obrigadas a ficar em casa por conta do fechamento das escolas e por questões de saúde. Mulheres que tenham sofrido com a COVID-19 também conseguem acesso ao auxílio financeiro, visando reduzir o grande impacto causado pela pandemia. Em parceria com a instituição de ensino UFMG/Cedeplar, o programa está desenvolvendo um estudo que visa analisar os desafios, limites e barreiras à integração local e inclusão socioeconômica para as mulheres e homens venezuelanos realocados voluntariamente por meio da interiorização durante a pandemia de COVID-19 e a fase de recuperação econômica.

Para que a ação humanitária seja pautada e responda às necessidades e demandas da população migrante e refugiada, o programa LEAP oferece oportunidades para que mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas trabalhem com atores para moldar a resposta humanitária. Organizações humanitárias, instituições do poder público ou organizações do setor privado, assim como organizações da sociedade civil ou movimentos de mulheres são mobilizados para promover a participação de mulheres e meninas e recebem treinamentos para efetivamente incorporar

a perspectiva de gênero de maneira transversal na resposta humanitária.

Grupos de mulheres são criados com encontros regulares, onde são discutidos direitos de migrantes, refugiadas e refugiados no Brasil, direitos das mulheres, enfrentamento da violência contra mulheres e meninas, acesso à saúde e proteção das crianças. Mulheres que exercem um papel de liderança em suas comunidades são apoiadas em atividades de sensibilização comunitária, principalmente em tempos de COVID-19, e são engajadas para o planejamento do Plano de Resposta para Refugiados e Migrantes (RMRP) da R4V, o que se mostra como mais uma boa prática, principalmente para trazer as vozes de mulheres refugiadas e migrantes para o centro do planejamento da ação humanitária. O programa ainda desenvolve projetos de pequena escala para integração e promoção da convivência pacífica com a comunidade de acolhida, como o apoio a mulheres indígenas Warao em abrigos de Boa Vista (RR) e de Manaus (AM), com itens para produção de artesanato, eventos, exibição para a venda dos produtos e criação de Associação de Artesãs, garantindo que essas famílias atinjam a autossuficiência e a integração socioeconomicamente na sociedade.

O LEAP, em última instância, visa a transversalização da perspectiva de gênero na resposta humanitária, e trabalha com o fortalecimento de capacidades e *advocacy* com atores humanitários da R4V e com instâncias do Governo Federal, através da Operação Acolhida, para que a resposta ao fluxo migratório venezuelano seja desenhada, implementada e avaliada a partir das necessidades específicas e das demandas de mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas.



# 3

## RESULTADOS-CHAVE

**Aprimoramento da qualidade da resposta humanitária ao fluxo migratório venezuelano no Brasil, incorporando medidas e orçamentos que visam endereçar as necessidades de mulheres refugiadas e migrantes.**

Por meio do LEAP, a qualidade da resposta humanitária ao fluxo migratório venezuelano no Brasil foi aprimorada. Nas ações da resposta, foram incorporadas medidas e orçamentos direcionados às necessidades de mulheres refugiadas e migrantes. E, desde o planejamento da resposta, a análise de gênero foi incorporada, integrando também a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres de maneira transversal.

Como resultado das estratégias de implementação e das ferramentas utilizadas, o programa LEAP alcançou os seguintes resultados<sup>7</sup>:

#### Resultado I.



**29.882**

Mulheres migrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e da comunidade de acolhida têm maior acesso a mecanismos de proteção e apoio

#### Resultado II.



**5.706**

Mulheres migrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e da comunidade de acolhida aumentam o acesso à capacitação econômica, oportunidades e direitos

#### Resultado III.



**2.502**

Mulheres migrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e da comunidade de acolhida se engajam com atores para moldar a resposta humanitária

#### Resultado IV.



**42**

Propostas para promover a igualdade de gênero e os direitos humanos das mulheres na resposta humanitária submetidas por mulheres migrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e da comunidade de acolhida

#### Resultado V.



**2019: 6**  
**2020: 4**  
**2021: 4**

Organizações ou movimentos de mulheres que atuam na resposta humanitária como resultado do programa

<sup>7</sup> Os resultados se referem ao período entre janeiro de 2019 e abril de 2021

A qualidade da resposta humanitária ao fluxo migratório venezuelano no Brasil foi aprimorada ao incorporar medidas e orçamentos que visam endereçar as necessidades de mulheres refugiadas e migrantes. Essa melhora se deve ao engajamento de mulheres no processo de análise e planejamento, que em 2020 contou com a participação de 14 mulheres líderes. Como resultado, o capítulo de país do RMRP 2021<sup>8</sup> incorporou uma análise de gênero bastante sólida, integrando também a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres de maneira transversal.

Em 2021, 47% das atividades planejadas passaram a ser sensíveis tanto a gênero quanto a idade, um aumento de 10% em comparação com 2020. Esse resultado veio do requerimento obrigatório da aplicação do Marcador

de Gênero com Idade (GAM, no inglês)<sup>9</sup> do IASC, uma ferramenta de planejamento para que os projetos sejam responsivos ao gênero, e que contou com apoio técnico dos parceiros do LEAP.

A desagregação de dados por gênero e idade também passou a ser obrigatória no reporte mensal de dados para a R4V desde o início de 2020, possibilitando uma análise sobre as diferentes barreiras que meninas, mulheres, meninos e homens enfrentam durante o fluxo migratório, abrindo espaço para uma resposta que leve em consideração as diversas necessidades de acordo com as especificidades de cada grupo.

---

8 <https://rmp.r4v.info/>

9 <https://www.iascgenderwithagemarker.com/en/home/>

# 4

## LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

Lições aprendidas ao longo dos 2,5 anos de programa conjunto, incluindo o agravamento da situação com a declaração mundial da pandemia de COVID-19.

---

O fluxo misto, de pessoas refugiadas e migrantes vindas da Venezuela, é sem precedentes no Brasil. Roraima, como um estado pequeno, acaba não apresentando capacidade de absorção e atendimento adequado de todas essas pessoas. A integração econômica e a autonomia financeira seguem um dos principais desafios a serem superados, assim como o aumento do conhecimento das questões de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres pelos próprios atores humanitários. Com a declaração de pandemia global de COVID-19 em 2020 e a instituição de teletrabalho, os desafios se mostraram ainda maiores.

---

O fluxo massivo de migrantes, solicitante de refúgio, refugiadas e refugiados chegando ao Brasil é recente e sem precedentes na história do país. O Brasil não tem histórico de contexto humanitário, o que torna a resposta bastante recente e desafiadora no que diz respeito à coordenação de atores. Além disso, a fronteira do Brasil com a Venezuela fica em Roraima, um estado localizado em uma zona com múltiplas dificuldades de acesso, que já apresentava uma crise econômica prolongada, o que acarretava em oferta de serviços públicos precários antes mesmo da intensificação do fluxo, entre eles saúde, educação, assistência social e justiça.

Os serviços em Roraima não estavam preparados para o aumento da demanda, e precisaram passar a ser compartilhados com a população migrante. Além disso, muitas pessoas migrantes e refugiadas que chegaram a Roraima antes do estabelecimento da Operação Acolhida e no início de sua implementação acabaram vivendo em situação de rua por falta de abrigo para acolher todas as pessoas em situação de vulnerabilidade. Há episódios de discriminação e a xenofobia por parte da comunidade de acolhida frente a pessoas venezuelanas, envolvendo, inclusive riscos à proteção de mulheres e meninas, e os atores humanitários acabam sendo retaliados por trabalharem com essa população. O programa LEAP trabalha com o fortalecimento de capacidades locais para atendimento humanizado e igualitário entre migrantes, refugiadas, refugiados e comunidade de acolhida, com foco principal nos atores da Rede de Proteção à Mulher, para que mulheres refugiadas e migrantes tenham acesso acolhedor na rede local. Trabalha, ainda, com iniciativas de convivência pacífica com a comunidade de acolhida, bem como mediação de conflitos e de pessoas, para que refugiadas e migrantes não sofram discriminação e xenofobia no processo de reintegração socioeconômica.

A resposta humanitária foi federalizada em 2018 através da Operação Acolhida, cuja coordenação operacional está sob responsabilidade das Forças Armadas, atrelada ao Governo Federal, que não coloca o trabalho em prol do empoderamento das mulheres e igualdade de gênero como

prioridade. Dificilmente reconhecem que mulheres e homens vivenciam o processo de deslocamento forçado de maneiras distintas. De 2018 até o primeiro semestre de 2021, foram 11 contingentes que passaram pela Operação Acolhida, divididos em 13 células cada. Até o momento, apenas três mulheres foram encarregadas de alguma dessas células, o que mostra falta de representatividade nos cargos decisórios e de alto nível. Em 2020, em média, para cada 100 homens enviados à Operação Acolhida, havia apenas 29,15 mulheres, e a maioria em áreas de cuidado, como saúde, apoio psicossocial e assuntos civis. O programa trabalha intensamente com *advocacy*, diálogos e treinamentos com as Forças Armadas, mas a linguagem de “igualdade de gênero” requer uma longa caminhada para ser compreendida e debatida com a importância que merece. Para que as mudanças sejam mais sustentáveis, é necessário que seja feita ainda uma articulação a nível nacional, para que haja mais igualdade entre mulheres e homens como chefes de célula, já que as desigualdades dentro das Forças Armadas ainda são estruturais.

Outro desafio central é a fragilidade no conhecimento das questões de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres pelos próprios atores humanitários, incluindo os parceiros do *United Nations Country Team* (UNCT), que chegaram a apresentar resistência inicial em transversalizar a perspectiva de gênero na resposta humanitária. A coleta de dados não era realizada com desagregação por gênero e idade, o que explica também a falta de uma análise de gênero e das especificidades vivenciadas por mulheres e homens durante o fluxo migratório. A partir da maior incidência do LEAP e com o início da desagregação dos dados coletados pelas instituições participantes da resposta humanitária, foi possível perceber as desigualdades de gênero e os desafios enfrentados pelas mulheres. Com isso, o desenvolvimento de estratégias que assegurem a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na ação humanitária passa a ser debatido. Mesmo assim, apenas 47% das organizações da R4V planejaram ações sensíveis a gênero e idade para

2021, o que deixa a lição aprendida de que ainda há grande necessidade de treinamento e engajamento dos parceiros.

Com o advento da COVID-19 e os planos de contingência adotados pelas agências da ONU e pela Operação Acolhida, atividades presenciais não cruciais foram temporariamente suspensas. Ao mesmo tempo, as iniciativas foram adaptadas para respeitar as medidas sanitárias, como realização de atividades críticas em grupos reduzidos e em espaços abertos ou atividades virtuais, quando possível. No entanto, há uma limitação muito grande no acesso à internet, computador, celular ou mesmo aplicativos por parte da população de interesse, o que se colocou como um desafio extra para a continuidade das atividades. Para esse período, foi preciso adaptar a forma de atuar, já que uma parte importante da equipe do LEAP passou a trabalhar em regime de teletrabalho. Mulheres líderes foram fundamentais na sensibilização comunitária de prevenção e resposta à COVID-19. Até então, elas participavam das atividades e dos grupos organizados pelos parceiros do LEAP, e passaram a atuar como líderes nesse processo, contando com apoio remoto da equipe. Foi uma adequação para responder ao contexto da COVID-19, mas que se revelou de extrema importância no processo de empoderamento das mulheres. Para o período, também tiveram que ser produzidos materiais de comunicação específicos e o auxílio financeiro ofertado pelo programa teve seu escopo ampliado. Antes, era voltado apenas para o empoderamento econômico; com a COVID-19, passou a ser entregue também para mulheres fortemente impactadas pelo contexto da pandemia.

Apesar de respeitarem as medidas de distanciamento e uso de equipamentos de proteção pessoal, as equipes, tanto das organizações humanitárias quanto das Forças Armadas e até mesmo do poder público, foram fortemente acometidas pelo vírus e não foram raros os afastamentos do campo para recuperação, o que impacta diretamente nos serviços ofertados, trazendo atrasos em algumas entregas. Para não deixar de alcançar os resultados do programa, também foi preciso contratar novos parceiros implementadores visando continuidade na implementação das atividades e estratégias planejadas. Isso envolve processos por vezes demorados e burocráticos, mas que ampliam a capacidade de resposta e atuação do programa uma vez que os parceiros estejam atuando na ponta.

Além disso, a fronteira terrestre entre Brasil e Venezuela foi fechada em março de 2020 e assim permanece há mais de um ano. No entanto, pessoas migrantes e refugiadas seguem cruzando as fronteiras em busca de proteção, acesso a serviços básicos e melhores condições econômicas e sociais, mas não conseguem a regularização migratória no território, o que acarreta em um enorme entrave para acesso à saúde,

educação, assistência social ou abrigo, tornando-as mais vulnerabilizadas. Ademais, essas pessoas que seguem entrando no Brasil durante o fechamento da fronteira podem sofrer também com a deportação. A atuação das polícias federal e militar na cidade fronteiriça de Pacaraima foi intensificada e, em geral, nem mesmo os casos vulneráveis estão sendo encaminhados às agências da ONU. Após atuação irregular policial em um abrigo da sociedade civil no local, a Justiça Federal decidiu pela proibição da deportação de venezuelanas e venezuelanos considerados hipervulneráveis. Os parceiros do LEAP seguem na sensibilização do poder público local, para que mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas tenham acesso à Rede de Proteção, mesmo estando indocumentadas. Trabalham também com materiais e sessões informativas diretamente com a população de interesse, para que conheçam melhor os seus direitos e acessem os serviços. Ainda assim, faz-se necessário *advocacy* a nível nacional, para que a fronteira seja reaberta, respeitando todas as medidas sanitárias necessárias. E, como previsto em lei, para que, enquanto isso não ocorra, refugiadas, refugiados e migrantes tenham acesso a uma parte da documentação brasileira independentemente da regularização migratória, como é o caso do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e do Cartão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Um grande obstáculo da resposta humanitária segue sendo a reintegração socioeconômica de mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas, principalmente a partir de vaga de emprego formal. Enquanto 2/3 das vagas de emprego sinalizadas vão para os homens, apenas 1/3<sup>10</sup> vai para as mulheres. Isso faz com que inúmeras mulheres em Roraima não consigam sair da situação de abrigo nem ser interiorizadas. Muitas trabalham de forma autônoma como empreendedoras ou na informalidade, sem estabilidade e proteção social. Visando uma integração de médio e longo prazos, com oportunidades mais seguras para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA pretendem desenvolver um programa a partir do legado do LEAP, mais focado no empoderamento econômico de mulheres, sem deixar para trás a busca por zero violência contra mulheres e meninas. Entende-se que é preciso dar continuidade à sensibilização de empresas, para que contratem não apenas pessoas refugiadas e migrantes, mas também para que entendam a necessidade de contratar de maneira igualitária homens e mulheres. E para assegurar que mulheres tenham acesso ao mercado formal, é necessário trabalhar junto ao poder público, buscando acesso, por exemplo, a creche e escola para as crianças, para que as mães, ainda as mais responsabilizadas pelas tarefas de cuidado, consigam ter onde deixar os filhos e as filhas enquanto trabalham no mercado formal.

10 <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/82930>

## **Programa Conjunto LEAP - Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no Brasil**

O Programa Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção (LEAP) é um programa modelo da ONU Mulheres (um *Flagship Programme*, em inglês) adaptado no Brasil como uma iniciativa conjunta entre ONU Mulheres, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) para o contexto de fluxo misto de refúgio e migração advindo da Venezuela. O programa foi iniciado em janeiro de 2019 e tem como objetivo geral apoiar o governo brasileiro em responder adequadamente às necessidades diferenciadas das mulheres e meninas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no Brasil, assim como a comunidade de acolhida. Os objetivos específicos incluem o fortalecimento de mecanismos de proteção e apoio para que sejam sensíveis a gênero, promoção do empoderamento econômico e a liderança e participação substantiva de mulheres migrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e da comunidade de acolhida.